

EMENDA Nº - CMMPV 1303/2025
(à MPV 1303/2025)

Suprima-se o inciso II do *caput* do art. 41 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suprimir o inciso II do art. 41 da Medida Provisória 1303/2025, a fim de evitar a taxaço de 5% da alíquota do IRPF sobre os rendimentos de CDA, WA, CDCA, LCA e CRA. A revoga  o desse dispositivo se justifica pela necessidade de preservar a eficácia de instrumentos fundamentais para o financiamento do setor agropecuário, em especial as LCAs, essenciais para a concessão de crédito rural a preços competitivos.

A abrupta taxaço impacta diretamente a disponibilidade de recursos para o setor, uma vez que a eleva  o do custo de capta  o tende a reduzir a oferta de crédito e a encarecer os investimentos em insumos, maquinário e infraestrutura produtiva.

Ademais, a medida, ao reduzir os incentivos a um setor responsável por cerca de 25% do PIB¹ e pela gera  o de aproximadamente 28,2 milhões de empregos², revela a sanha

1 [https://agro.estadao.com.br/summit-agro/pib-qual-e-a-importancia-do-agronegocio-na-economia-do-brasil#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20peso%20do%20agroneg%C3%B3cio%20no%20PIB%20do%20Brasil%3F&text=A%20cadeia%20produtiva%20do%20agroneg%C3%B3cio,Pecu%C3%A1ria%20do%20Brasil%20\(CNA\)](https://agro.estadao.com.br/summit-agro/pib-qual-e-a-importancia-do-agronegocio-na-economia-do-brasil#:~:text=Qual%20%C3%A9%20o%20peso%20do%20agroneg%C3%B3cio%20no%20PIB%20do%20Brasil%3F&text=A%20cadeia%20produtiva%20do%20agroneg%C3%B3cio,Pecu%C3%A1ria%20do%20Brasil%20(CNA))

2 <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/agronegocio-empregou-28-6-milhoes-de-pessoas-no-gundo-trimestre>



arrecadatória de um governo que, ao invés de valorizar o principal vetor econômico do país, opta por onerar ainda mais o crédito rural.

Somam-se a isso outros efeitos colaterais relevantes: o encarecimento do crédito será repassado ao consumidor final, pressionando os preços dos alimentos e impactando diretamente o custo de vida. Além disso, a instabilidade normativa criada por tal tributação tende a afastar investidores, tanto internos quanto externos, que dependem de um ambiente de segurança jurídica para decisões de longo prazo no setor agroindustrial.

Diante do exposto, a aprovação da emenda supressiva revela-se imprescindível para garantir a previsibilidade fiscal e jurídica necessária à continuidade do desenvolvimento do agronegócio brasileiro

Sala da comissão, 12 de junho de 2025.

Deputado Rodolfo Nogueira
(PL - MS)
Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

